



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
**SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

**DIREÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO**

**AVISO**

**Procedimento concursal – Oferta de emprego para recrutamento de pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, da educação especial e do ensino vocacional da música, para o ano escolar de 2016/2017, em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo**

**1. Abertura**

Faz-se público que, em conformidade com o meu despacho da presente data, e ao abrigo dos n.ºs 3, 4 e 5 do artigo 6.º do Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 22/2012/A, de 30 de maio, retificado pela Declaração de Retificação n.º 39/2012, de 17 de julho, com as alterações constantes do artigo 36.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2013/A, de 22 de abril, e do artigo 35.º do Estatuto da Carreira Docente da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário na Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 21/2007/A, de 30 de agosto, com a redação dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 25/2015/A, de 17 de dezembro, autorizei a abertura do procedimento concursal – oferta de emprego para recrutamento de pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, da educação especial e do ensino vocacional da música, em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo, com vista à colmatação das necessidades transitórias do sistema educativo no ano escolar de 2016/2017, não satisfeitas pelos docentes dos quadros, assim como as que vierem a ocorrer durante o ano letivo por impedimento temporário dos titulares dos respetivos lugares.

“Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação” (D/SRAS/SRAP/2000/A).

**2. Prazo de apresentação de candidaturas**

O prazo para apresentação de candidatura é de cinco (5) dias úteis contados do primeiro dia útil seguinte ao da publicação do presente Aviso na Bolsa de Emprego Público – Açores, fixado de 4 a 8 de julho 2016.

**3. Enquadramento normativo e regulamentação aplicável**

a) Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 22/2012/A, de 30 de maio, retificado pela Declaração de Retificação n.º 39/2012, de 17 de julho, com as alterações



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
**SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

**DIREÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO**

constantes do artigo 36.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2013/A, de 22 de abril (adiante designado por Regulamento de Concurso);

b) Estatuto da Carreira Docente da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário na Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 21/2007/A, de 30 de agosto, alterado e republicado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 4/2009/A, 11/2009/A e 25/2015/A, respetivamente, de 10 de abril, 21 de julho e 17 de dezembro (adiante designado por ECDRAA);

c) Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (retificada pela Declaração de Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto, com produção de efeitos a 1 de agosto de 2014, e alterada pelas Leis n.ºs 82-B/2014, de 31 de dezembro, e 84/2015, de 7 de agosto);

d) Regime jurídico da educação especial e do apoio educativo e intervenção precoce: Decreto Legislativo Regional 15/2006/A, de 7 de abril, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional 17/2015/A, de 22 de junho;

e) Habilitação profissional para a docência: Decreto-Lei n.º 79/2014, de 14 de maio, na redação dada pela Declaração de Retificação n.º 32/2014, de 27 de junho, e pelo Decreto-Lei n.º 176/2014, de 12 de dezembro; Despacho n.º 19018/2002 (publicado no D.R., 2.ª Série, de 27/08/2002), alterado pelo Despacho n.º 20693/2003 (publicado no D.R., 2.ª Série, de 28/10/2003); Portaria n.º 212/2009, de 23 de fevereiro; Portaria n.º 260-A/2014, de 15 de dezembro;

f) Grupos de recrutamento: Decreto-lei n.º 27/2006, de 10 de fevereiro, na redação dada pela Declaração de Retificação n.º 18/2006 (publicada em 23/03/2006) e pelo Decreto-Lei n.º 176/2014, de 12 de dezembro, com as adaptações constantes da Portaria da R.A.A. (SREC) n.º 1/2016, de 7 de janeiro;

g) Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, adaptado à Região pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2002/A, de 1 de março – sistema de quotas de emprego para pessoas com deficiência;

h) Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pelas Leis n.º 41/2012, de 28 de agosto, e 25/2014, de 2 de maio; Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de dezembro, e regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de julho – candidatos estrangeiros.

#### **4. Vagas a concurso**

4.1. As vagas disponíveis para a colocação no início do ano escolar, a serem aferidas no próximo mês de agosto, após a distribuição do serviço docente pelos órgãos executivos das unidades orgânicas, no âmbito da constituição de turmas e da organização das demais atividades educativas e sua atribuição aos docentes, serão publicitadas no endereço <http://concursopessoaldocente.azores.gov.pt> (também acessível através dos Portais da



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
**SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

**DIREÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO**

Educação e do Governo Regional dos Açores, em [www.edu.azores.gov.pt](http://www.edu.azores.gov.pt), e [www.azores.gov.pt](http://www.azores.gov.pt), respetivamente), imediatamente após as colocações do concurso interno por afetação.

4.2. Os demais horários são os que resultarem das necessidades comunicadas pelas escolas no decurso do ano letivo, até ao dia 5 de maio de 2017.

4.3. Para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, adaptado à Região pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2002/A, de 1 de março, o número de vagas a preencher por candidatos com deficiência será determinado por unidade orgânica e por grupo de recrutamento, com salvaguarda das habilitações legalmente fixadas.

4.4. As vagas no 2.º ciclo do ensino básico podem incluir o exercício de funções no 1.º ciclo do ensino básico.

4.5. As vagas para o exercício de funções nos programas especiais de “Intervenção Precoce” são preenchidas por candidatos portadores de habilitação profissional para a educação pré-escolar, preferencialmente integrados no grupo de recrutamento com o código 101, ou na sua inexistência, por candidatos do grupo de recrutamento com o código 100, que façam prova da titularidade de especialização em Intervenção Precoce, e que manifestem preferência por essas funções no respetivo formulário de candidatura.

4.6. As vagas não pressupõem a existência de turma específica.

## **5. Candidatos**

5.1. Podem ser candidatos indivíduos detentores de **habilitação profissional** para o exercício da docência no(s) grupo(s) de recrutamento a que são opositores, considerada como tal pela legislação em vigor, disponibilizada em <http://www.dgae.mec.pt/web/14654/profissional>.

A habilitação profissional é obtida através de um curso de formação inicial de professores, ministrado em escolas superiores ou em universidades, e organizado segundo os perfis de qualificação para a docência. A habilitação profissional também pode ser adquirida por diplomados possuidores de habilitação científica para a docência da respetiva área mediante a realização da profissionalização em exercício.

5.1.1. A habilitação profissional é conferida para o(s) grupo(s) de recrutamento onde foi realizada a prática pedagógica, ou para o(s) grupo(s) de recrutamento correspondente(s) à especialidade do grau de mestre, nos termos legalmente fixados, ou para o(s) grupo(s) de recrutamento onde foi realizada profissionalização em exercício.

5.1.2. Os candidatos aos grupos de recrutamento da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico devem ser profissionalizados para esses níveis de docência.

5.1.3. A habilitação profissional para os grupos de recrutamento de educação especial – códigos 101 e 111 (anterior código 120) e código 700 – é conferida aos indivíduos, especializados nessa área, que sejam detentores de habilitação profissional para a docência,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
**SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

**DIREÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO**

para o nível de educação ou ensino para o qual possuam habilitação profissional: educação pré-escolar, 1.º ciclo do ensino básico ou 2.º e 3.º ciclos do ensino básico/ensino secundário, respetivamente – e com, pelo menos, 365 dias de serviço, nos termos estabelecidos no n.º 2 do artigo 23.º do ECDRAA.

5.1.3.1. Os candidatos especializados em educação especial no domínio da intervenção precoce que pretendam candidatar-se à educação especial, apenas podem ser opositores ao grupo de recrutamento de educação especial na educação pré-escolar – código 101, e desde que detentores de habilitação profissional para a educação pré-escolar.

5.2. Podem igualmente ser candidatos indivíduos portadores de habilitação própria para o exercício da docência no(s) grupo(s) de recrutamento a que são opositores, considerada como tal pela legislação em vigor, disponibilizada em <http://www.dgae.mec.pt/web/14654/propria>.

5.3. Os candidatos podem concorrer a todos os grupos de recrutamento para que possuam habilitação profissional e/ou própria.

5.4. Para lecionar os horários do grupo de recrutamento 310, que integra as disciplinas de Latim e Grego, apenas podem ser candidatos indivíduos que comprovem possuir habilitação para a leção do Latim ou do Grego, consoante os casos.

5.5. Para lecionar os horários do grupo de recrutamento 430, que integra as disciplinas de Contabilidade, Direito, Economia, Gestão, Organização e Gestão de Empresas, Sociologia, Práticas de Contabilidade e Gestão, apenas podem ser candidatos indivíduos que comprovem possuir habilitação para a leção da disciplina ou disciplinas que constituem o horário a prover.

5.6. Para a leção de horários que integrem mais de uma disciplina apenas serão colocados candidatos indivíduos que comprovem possuir habilitação para a leção de todas as disciplinas que constituem esses horários.

5.7. Apenas podem ser candidatos ao grupo de recrutamento 290 – Educação Moral e Religiosa Católica, os indivíduos munidos da declaração de admissibilidade a que se referem os n.ºs 1 e 2 do artigo 40.º do ECDRAA, passada pela autoridade religiosa competente.

## **6. Candidatura**

6.1. A candidatura faz-se através do preenchimento e submissão eletrónica do formulário disponível no endereço <http://concursospeessoaldocente.azores.gov.pt>, na Internet, após inserção dos dados de acesso (endereço de correio eletrónico e palavra-passe).

6.1.1. Os candidatos ainda não registados na plataforma do Concurso de Pessoal Docente na R.A.A. devem identificar-se nessa qualidade; os candidatos já registados mas que pretendam recuperar os dados de acesso, devem contactar o serviço de apoio referido no ponto 14 do presente Aviso.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
**SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

**DIREÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO**

6.1.2. O preenchimento do formulário é organizado de forma a recolher, designadamente, os seguintes dados referentes aos candidatos:

Ficha pessoal do Docente

- a) Identificação;
- b) Habilitações para a docência e tempo de serviço docente;
- c) Graduação profissional ou académica;

Candidatura:

- d) Ordenação/critérios de prioridade;
- e) Preferências.

6.1.3. Os formulários podem ser acedidos pelos respetivos candidatos durante todo o tempo de apresentação de candidaturas, sendo o conteúdo dos dados preenchidos pelos mesmos da sua exclusiva responsabilidade.

**6.2. A candidatura considera-se concluída com sucesso apenas após o carregamento informático (upload) da declaração de validação da candidatura gerada após a submissão do formulário** (e de que é enviada cópia para o endereço de correio eletrónico indicado), **depois de devidamente assinada e digitalizada.**

6.2.1. O carregamento da declaração de validação da candidatura – assim como a comprovação de que o mesmo foi realizado com êxito – é efetuado pelos candidatos pela via de acesso ao formulário, até dois (2) dias úteis sobre o termo do prazo de candidatura (até **12 de julho de 2016**).

6.3. A designação, classificação e data de conclusão dos cursos que conferem habilitação para a docência, assim como o tempo de serviço a considerar, devem ser rigorosamente discriminados, de acordo com os dados constantes dos respetivos documentos comprovativos.

6.3.1. Para a candidatura aos grupos de recrutamento de Educação Especial – códigos 101, 111 e 700 – releva o curso de formação inicial que confere a habilitação para a docência, sem prejuízo de dever ser inserido o curso de especialização nesta área, para efeitos de comprovação da qualificação especializada.

6.3.2. Os professores do 1.º ciclo do ensino básico detentores do curso especial a que se refere o Decreto-Lei n.º 111/76, de 7 de fevereiro, e os educadores de infância que frequentaram com aproveitamento os cursos de promoção a educadores de infância a que se referem os Despachos n.º 52/80, de 26 de maio, e n.º 13/EJ/82, de 20 de abril, publicados no Diário da República, II Série, de 12 de junho de 1980 e 30 de abril de 1982, respetivamente, devem indicar, no espaço destinado à data da conclusão da habilitação profissional, a data de início dos referidos cursos.

6.3.3. As habilitações académicas dos candidatos com habilitação própria devem igualmente ser rigorosamente discriminadas, nomeadamente, no que respeita à aprovação em disciplinas ou especialidades, de forma a não haver dúvidas sobre o escalão em que se integram.

6.3.4. Os candidatos ao Ensino Artístico/Ensino Vocacional da Música devem discriminar rigorosamente as habilitações académicas, nomeadamente, no que respeita à aprovação em disciplinas, especialidades e instrumentos, de forma a não haver dúvidas sobre o tipo de



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DIREÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO

habilitação em que se integram, de acordo com as Portarias n.ºs 693/98, de 3 de setembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 10-E/99, de 31 de março, 192/2002, de 4 de março, 431/2005, de 18 de abril, 435/2005 e 436/2005, ambas de 21 de abril, 451/2005 e 452/2005, ambas de 29 de abril, 463/2005, de 3 de maio, 469/2005, de 5 de Maio, 803/2007, de 24 de julho, e 617/2008, de 11 de julho.

6.3.4.1. Sempre que nos mapas anexos aos referidos diplomas seja exigida aprovação em determinado número de cadeiras, entende-se este número como referido a cadeiras anuais, considerando-se duas cadeiras semestrais como equivalentes a uma cadeira anual.

6.4. A classificação relevante para o cálculo da graduação é a constante da certidão ou do certificado de conclusão do curso que confere habilitação para a docência no respetivo grupo ou grupos de recrutamento, expressa numa escala de 0 a 20 valores.

6.4.1. Quando o documento apresentado comprovar a conclusão do curso que confere habilitação profissional para a docência mas não indicar numericamente a classificação, considerar-se-á esta como sendo de 10 valores.

6.4.2. A classificação profissional dos candidatos que realizaram profissionalização em serviço é a que consta do Diário da República/Jornal Oficial onde a mesma foi publicada.

6.4.2.1. Relativamente aos candidatos que, até ao termo do prazo de apresentação de candidaturas, ainda não tenham homologada e publicada a sua classificação profissional, considera-se esta como sendo de 10 valores.

6.4.3. A classificação profissional dos candidatos que adquiriram a habilitação profissional para a docência através de curso de qualificação/complemento de formação em Educação é a média ponderada constante do certificado da respetiva instituição de ensino, devendo ser selecionada essa qualificação.

6.4.4. Quando a posse de habilitação própria dependa da prestação de um certo número de anos de serviço docente, devem os candidatos retirar da sua classificação académica o número de valores correspondentes àqueles anos de serviço.

6.5. Para o cálculo da graduação é contado o tempo de serviço docente prestado até 31 de agosto de 2015, nos termos do n.º 5 do artigo 35.º e do artigo 247.º, ambos do ECDRAA, e nos artigos 10.º e 11.º do Regulamento de Concurso, de acordo com os dados constantes dos adequados documentos que o comprovam.

6.5.1. Para efeitos de contabilização do tempo de serviço para o cálculo da graduação profissional em todos os grupos de recrutamento a que concorrem os candidatos, releva a data da conclusão da primeira profissionalização para a docência, conforme consta do respetivo certificado.

6.5.2. A declaração da realização do estágio profissionalizante durante determinado ano escolar não faz prova da posse de tempo de serviço, salvo se a mesma mencionar expressamente o número de dias de serviço docente prestado nesse ano escolar.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DIREÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO

## 7. Comprovação documental

7.1. A confirmação dos elementos declarados no formulário de candidatura por candidato em exercício de funções docentes em escolas públicas, desde que constem do respetivo processo individual, é da responsabilidade do presidente do órgão executivo da escola onde o candidato se encontra a exercer funções à data da candidatura, ou do seu substituto legal, através da aposição da sua assinatura na declaração a que se refere o ponto 6.2 do presente Aviso (no local adequado, sobre carimbo a óleo em uso na escola), a que equivale à sua declaração de que os dados aí constantes correspondem à verdade.

7.1.1. A confirmação dos elementos que não constem do processo individual dos candidatos, são da responsabilidade dos próprios candidatos, por carregamento informático de cópia dos correspondentes documentos comprovativos, depois de digitalizados, no prazo e pela via estabelecidos nos pontos 6.1 e 6.2.1 do presente Aviso, sem prejuízo do disposto no ponto 7.3.

7.2. A comprovação dos elementos constantes do formulário de candidato que não se encontre em exercício de funções docentes em escolas públicas na data da candidatura, sem prejuízo do disposto no ponto 7.3, é feita através dos adequados documentos, designadamente os abaixo indicados, todos a apresentar por carregamento informático, depois de digitalizados, no prazo e pela via estabelecidos nos pontos 6.1 e 6.2.1 do presente Aviso, acompanhados da declaração a que se refere o ponto 6.2, devidamente datada e assinada pelo candidato e submetida nos termos aí estabelecidos:

a) Documento de identificação legal, donde resulte claramente o n.º de identificação civil e a data de nascimento;

b) Documento comprovativo de habilitação para a docência, no grupo de recrutamento e nível de educação ou ensino a que o candidato é opositor, feita através dos seguintes documentos:

i) Certidão ou certificado da instituição de ensino superior onde a mesma foi concluída, de que resulte obrigatoriamente os seguintes elementos: designação do curso, tipo de formação inicial, grau académico, classificação e data da respetiva obtenção;

ii) Declaração emitida pela(s) instituição(ões) de ensino onde foi realizado o estágio pedagógico, prática pedagógica ou formação na área de docência / prática de ensino supervisionada;

iii) Despacho de homologação da profissionalização em serviço, publicada no Diário da República/Jornal Oficial, para os candidatos que realizaram profissionalização em exercício;

c) Declaração de tempo de serviço contado de acordo com o respetivo registo biográfico e nos termos da lei aplicável ao presente concurso, passada e assinada por entidade oficial idónea para o efeito, podendo ser apresentada cópia do registo biográfico.

7.2.1. Os candidatos aos grupos de recrutamento de educação especial – códigos 101 e 111 (anterior código 120) e código 700 –, além dos documentos referidos nos pontos anteriores,





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DIREÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO

devem apresentar cópia do certificado do respetivo curso de especialização em educação especial, com a designação do domínio de especialização e a data de conclusão.

7.2.2. Os candidatos ao grupo de recrutamento 290 – Educação Moral e Religiosa Católica, devem ainda apresentar a declaração de admissibilidade a que se referem os n.ºs 1 e 2 do artigo 40.º do ECDRAA, passada pela autoridade religiosa competente.

7.2.3. Os candidatos detentores de habilitações académicas e qualificações profissionais estrangeiras devem apresentar prova do reconhecimento dessas habilitações em Portugal, nos termos legalmente estabelecidos (para o processo de reconhecimento, os candidatos devem consultar o endereço <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Reconhecimento/NARICENIC/>).

7.2.4. Os candidatos não detentores de nacionalidade portuguesa, mas que, por força de lei ou convenção internacional, tenham acesso ao exercício de funções públicas em Portugal, devem ainda apresentar documento de autorização válido para o exercício de funções docentes em Portugal, nos termos legais aplicáveis.

7.2.5. A declaração de realização do estágio profissionalizante durante determinado ano escolar não faz prova de tempo de serviço, salvo se a mesma mencionar, expressamente, o número de dias de serviço docente prestado nesse ano escolar.

7.3. Estão dispensados da apresentação de documentos referida nos pontos anteriores, com exceção da declaração de validação da candidatura a que se refere o ponto 6.2 e dos documentos com prazo de validade que entretanto se encontre expirado, os candidatos que já os tenham apresentado no âmbito de concursos de pessoal docente anteriores realizados pela Direção Regional da Educação dos Açores, desde que os elementos que comprovam tenham sido considerados nas respetivas listas ordenadas de graduação.

7.4. Os candidatos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, adaptado à Região pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2002/A, de 1 de março, devem comprovar o grau de incapacidade igual ou superior a 60%, o tipo de deficiência e que a mesma é compatível com o exercício das funções a que se candidatam, através de documento médico adequado, sem prejuízo do júri do concurso poder recorrer à prerrogativa prevista no n.º 3 do artigo 4.º do referido Decreto-Lei, em caso de dúvida relativamente à capacidade dos candidatos para o exercício de funções docentes no nível e ciclo a que se candidatam.

**7.5. A confirmação da perfeita submissão dos documentos, incluindo da declaração de validação da candidatura assinada, é efetuada pelos próprios candidatos, mediante acesso à candidatura, durante todo o prazo referido no ponto 6.2.1, sendo a única forma disponível para essa confirmação.**

7.6. A apresentação de certificado de registo criminal determinada pelo artigo 2.º da Lei n.º 113/2009, de 17 de setembro, com a alteração efetuada pela Lei n.º 103/2015, de 24 de agosto, é feita no momento da celebração do contrato de trabalho.

**7.7. A falsas declarações e as falsas confirmações de elementos da candidatura são passíveis de procedimento disciplinar e/ou criminal, nos termos da lei.**





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DIREÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO

## 8. Método de seleção dos candidatos

O método de seleção a utilizar é a avaliação curricular, considerando, a graduação e os critérios de ordenação dos candidatos legalmente estabelecidos:

8.1. A graduação profissional é calculada com base na classificação profissional e no número de anos de tempo de serviço, nos termos do n.º 5 do artigo 35.º do ECDRAA, com a redação dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 25/2015/A, de 17 de dezembro:

*Soma da classificação profissional obtida no curso que o habilita para a docência, calculada de acordo com a legislação em vigor à data da sua conclusão, com as parcelas  $N \times 1$  valor e  $n \times 0,5$  valores, em que:*

*a)  $N$  é o quociente, arredondado por excesso à milésima mais próxima, da divisão por trezentos e sessenta e cinco do número de dias de serviço docente oficial ou equiparado, avaliado com a menção qualitativa mínima de Regular, contado a partir do dia 1 de setembro do ano civil em que o docente obteve qualificação profissional para a docência, até ao termo do ano escolar 2014/2015;*

*b)  $n$  é o quociente, arredondado por excesso à milésima mais próxima, da divisão por trezentos e sessenta e cinco do número de dias de serviço docente oficial ou equiparado, prestado com a menção qualitativa mínima de Regular, anteriormente à obtenção de qualificação profissional para a docência e até ao termo do ano escolar 2014/2015.*

8.2. A graduação académica dos candidatos com habilitação própria corresponde à soma da classificação académica, expressa na escala de 0 a 20 valores, obtida no curso que lhe confere habilitação própria para a docência, com a parcela  $N \times 1$  valor, em que  $N$  é o quociente, arredondado por excesso à milésima mais próxima, da divisão por 365 do número de dias de serviço docente oficial ou equiparado avaliado com a menção qualitativa mínima, contado nos termos da lei geral, prestado até ao dia 31 de agosto do ano escolar de 2014/2015.

8.3. Os critérios de ordenação dos candidatos são os previstos no n.º 7 do artigo 9.º do Regulamento de Concurso:

*1.º) Candidatos com habilitação profissional não pertencentes aos quadros, que tenham sido opositores a um ou a ambos os concursos externos de provimento realizados no corrente ano de 2016, por período não inferior a três anos, e que reúnam, pelo menos, um dos requisitos estipulados na alínea a) do n.º 6 do mesmo artigo 9.º (tenham prestado pelo menos três anos de serviço docente, avaliado com a menção mínima de Regular, como docente profissionalizado no respetivo grupo e/ou nível de docência em escola pública ou particular, cooperativa e solidária da Região Autónoma dos Açores, ou tenham realizado estágio profissionalizante em escola pública, particular, cooperativa e solidária da Região Autónoma dos Açores, ou tenham sido bolseiro da Região Autónoma dos Açores, durante pelo menos um dos anos letivos do curso que lhe confere habilitação profissional para a docência);*

*2.º) Candidatos com habilitação profissional não pertencentes aos quadros, que tenham sido opositores a um ou a ambos os concursos externos de provimento realizados no corrente ano de 2016, por período não inferior a três anos, sem enquadramento em nenhuma das situações previstas na alínea a) do n.º 6 do artigo 9.º;*



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
**SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

**DIREÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO**

*3.º) Candidatos detentores de habilitação profissional não pertencentes aos quadros, que tenham sido opositores a um ou a ambos os concursos externos realizados no corrente ano de 2016, sem obrigação de provimento por um período mínimo de três anos, e que se encontrem numa das situações previstas na alínea a) do n.º 6 do artigo 9.º;*

*4.º) Candidatos detentores de habilitação profissional não pertencentes aos quadros, que tenham sido opositores a um ou a ambos os concursos externos realizados no corrente ano de 2016, sem obrigação de provimento por um período mínimo de três anos e que não se enquadram em nenhuma das situações previstas na alínea a) do n.º 6 do artigo 9.º;*

*5.º) Candidatos com habilitação profissional não incluídos em nenhuma das situações anteriores;*

*6.º) Candidatos com habilitação própria.*

8.3.1. Em caso de igualdade na graduação, a ordenação dos candidatos respeita as seguintes prioridades, por ordem decrescente:

- a) Candidatos com mais tempo global de serviço;
- b) Candidatos com classificação mais elevada;
- c) Candidatos com mais idade.

## **9. Manifestação de preferências**

Os candidatos devem indicar as suas preferências por ordem decrescente de prioridade, selecionando corretamente as unidades orgânicas onde pretendem ser colocados, assim como as opções correspondentes ao critério de ordenação em que pretendam ser integrados.

## **10. Projeto de lista ordenada de graduação**

O projeto de lista ordenada de graduação dos candidatos admitidos é publicitado na Internet, no endereço indicado no ponto 6.1 do presente Aviso, também acessível através dos Portais da Educação e do Governo Regional dos Açores.

10.1. A notificação da disponibilização do projeto de lista ordenada de graduação aos candidatos é efetuada através da publicação de Aviso na BEP-Açores.

10.2. Os candidatos dispõem dos dez (10) dias úteis seguintes à data da referida publicação para, se assim entenderem, no exercício do direito de audiência dos interessados, pronunciarem-se sobre o projeto de lista ordenada de graduação, através do preenchimento do respetivo formulário eletrónico, disponível no endereço indicado no ponto 6.1 do presente Aviso, sendo para o efeito utilizados os elementos de acesso à respetiva candidatura (endereço de correio eletrónico e palavra-passe).

10.3. Dentro do mesmo prazo podem, ainda, os candidatos apresentar desistência do procedimento concursal ou de parte das preferências manifestadas, nos termos do ponto



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
**SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

**DIREÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO**

anterior, não sendo, porém, admitida a introdução de qualquer outro tipo de alterações às preferências inicialmente manifestadas.

10.4. Não são consideradas, não constando do projeto de lista de ordenação dos candidatos:

- a) Candidaturas de docentes que se encontrem a cumprir ou iniciarão, no ano escolar de 2016/2017, o cumprimento de obrigação de permanência de um período mínimo de três anos escolares no lugar do quadro de provimento;
- b) Candidatura incompletas/não submetidas pelos candidatos, nos termos fixados no presente Aviso;
- c) Candidaturas apresentadas em prazo ou por via diferentes dos estipulados no presente Aviso;

10.4.1. Não são considerados, não relevando para o projeto de lista de ordenação dos candidatos:

- a) Documentos apresentados para além do prazo ou por via de encaminhamento diferente dos estabelecidos no presente Aviso, exceto se apresentado fundamento considerado válido pelo júri do concurso;
- b) Documentos que se mostrem ilegíveis.

10.5. São motivos de exclusão da candidatura, independentemente de outros procedimentos legais:

- a) Formulário de candidatura irregularmente preenchido;
- b) Não apresentação da declaração de validação da candidatura ou de qualquer documento essencial para a comprovação dos elementos necessários à ordenação do candidato, nos termos fixados no Regulamento de Concurso e no presente Aviso;
- c) Não comprovação dos requisitos habilitacionais para a docência, relativamente a cada um dos grupos de recrutamento a que o candidato é opositor;
- d) Estarem os candidatos abrangidos por penalidades previstas na lei;
- e) Prestação de falsas declarações e prática de atos ilícitos no domínio da informação e das comunicações eletrónicas, para proveito da sua candidatura ou de terceiros, sem prejuízo do devido procedimento criminal.

## **11. Lista ordenada de graduação**

A lista ordenada de graduação dos candidatos, depois de homologada, é publicitada na Internet, no endereço indicado no ponto 6.1 do presente Aviso, também acessível através dos Portais da Educação e do Governo Regional dos Açores.

11.1. A notificação aos candidatos é efetuada através da publicação de Aviso nos termos indicados no ponto 10.1.

11.2. Da homologação da lista ordenada de graduação cabe recurso hierárquico, sem efeito suspensivo, a interpor no prazo de cinco dias úteis, para o Secretário Regional da Educação e Cultura, através do preenchimento do respetivo formulário, disponível no endereço eletrónico referido no ponto 6.1 do presente Aviso, sendo para o efeito utilizados os elementos de acesso à respetiva candidatura (endereço de correio eletrónico e palavra-passe).



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
**SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

**DIREÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO**

## **12. Colocações**

A lista de colocações, depois de homologada, é publicitada na Internet, no endereço indicado no ponto 6.1 do presente Aviso, também acessível através dos Portais da Educação e do Governo Regional dos Açores.

12.1. A notificação das colocações aos candidatos é efetuada através da publicação de Aviso nos termos previstos no ponto 10.1 e, individualmente, por notificação enviada para o endereço de correio eletrónico indicado no formulário de candidatura, com recibo de entrega de notificação.

12.2. A falta de qualificação profissional para a docência, decorrente de declarações falsamente prestadas, para além das demais consequências legais, determina a nulidade da colocação, a declarar pela Direção Regional da Educação, e do vínculo contratual do candidato, se já constituído.

12.3. Determina igualmente a nulidade da colocação a constatação do não domínio da língua portuguesa, no caso de candidatos não detentores de nacionalidade portuguesa nem originários de país cuja língua oficial seja o Português.

## **13. Aceitação da colocação e apresentação ao serviço**

13.1. Os candidatos colocados devem comunicar a sua aceitação ao órgão executivo da unidade orgânica onde obtiveram colocação, por declaração assinada nesse sentido, no prazo de dois (2) dias úteis contados da data da notificação, e efetuar a apresentação ao serviço, na escola onde obtiveram colocação, no primeiro dia útil seguinte ao prazo de aceitação.

13.2. Os candidatos que se encontrem impedidos de se deslocar por avião à data da colocação, por motivo de doença, gravidez de risco, acidente de trabalho, doença profissional ou outro devidamente comprovado e considerado atendível, podem requerer, durante o prazo referido no ponto anterior (13.1), perante a Direção Regional da Educação, a prorrogação do prazo de aceitação para o termo dessas situações, apresentando documento médico comprovativo da impossibilidade de se deslocarem para a ilha de colocação nesse período.

13.3. São consequências da não aceitação da colocação nos termos estabelecidos, salvo por motivo excecional considerado atendível por despacho da Diretora Regional da Educação, a anulação da colocação e o impedimento do candidato prestar serviço em qualquer estabelecimento de educação e ensino da rede pública dos Açores, no ano escolar 2016/2017 e nos dois anos escolares subsequentes, com a decorrente impossibilidade de se candidatar aos procedimentos concursais abertos para esses períodos.

13.4. São consequências da não apresentação ao serviço nos termos acima estabelecidos, a anulação da colocação, a impossibilidade de celebração do respetivo contrato de trabalho e a impossibilidade de, no ano escolar de 2016/2017 e nos dois anos escolares subsequentes, o candidato ser colocado em exercício de funções em estabelecimentos de educação e ensino



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
**SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

**DIREÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO**

da rede pública regional, com a decorrente impossibilidade de se candidatar aos procedimentos concursais abertos para esses períodos.

**14. Apoio ao concurso**

A Direção Regional da Educação assegura um serviço de apoio permanente ao concurso de pessoal docente, devendo ser utilizado, para o efeito, o endereço de correio eletrónico [concursopessoaldocente@azores.gov.pt](mailto:concursopessoaldocente@azores.gov.pt). Os candidatos devem identificar-se através do nome e do respetivo número de utilizador (referência) ou, quando ainda não registados, do número de identificação civil.

**15. Júri do concurso**

O júri do concurso tem a seguinte composição:

Presidente:

Fabíola Jael de Sousa Cardoso, Diretora Regional da Educação;

Vogais efetivos:

1.ª Lúcia Maria Espínola Moniz, Diretora de Serviços de Recursos Humanos, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos;

2.ª Eunice Maria Afonso Cândido da Silveira, Chefe de Divisão de Gestão do Pessoal Docente;

Vogais suplentes:

1.ª Susana Maria Cardoso de Medeiros de Sales, Técnica Superior;

2.ª Lúcia Belina Rebelo Pires Gonçalves, Técnica Superior.

Angra do Heroísmo, 30 de junho de 2016

**A DIRETORA REGIONAL**

**FABÍOLA JAEL DE SOUSA CARDOSO**